

LEI N.º 5.025, DE 05 DE MAIO DE 2025.

“Altera os dispositivos que especifica da Lei n.º 4.689/2022, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de bem imóvel público com a Confederação Brasileira de Futebol, destinado à construção do Centro de Desenvolvimento do Futebol, e dá outras providências.”

A Prefeita Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º da Lei n.º 4.689/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 1º A Confederação Brasileira de Futebol será responsável perante o Município de Balneário Camboriú pela elaboração do projeto do Centro de Desenvolvimento do Futebol, por sua aprovação junto aos órgãos públicos competentes, pela execução da obra.

§ 2º Após a conclusão da obra e a respectiva inauguração, competirá à Federação Catarinense de Futebol a gestão do Centro, incumbindo-lhe a manutenção e conservação do espaço, sem qualquer ônus ao município.

§ 3º Como contrapartida pela Concessão de Uso, o imóvel objeto desta Lei será disponibilizado ao Município de Balneário Camboriú para a realização de atividades de utilidade pública, especialmente no âmbito esportivo e comunitário, garantindo-se, mas não se limitando:

I – A disponibilização do espaço para as escolinhas de iniciação esportiva da Fundação Municipal de Esportes (FME), dois dias por semana, em turno integral, compreendendo os períodos matutino e vespertino;

II – A destinação do período noturno desses mesmos dias para a realização de atividades e competições do esporte amador municipal;

III – A possibilidade de reserva das tardes e noites de sábado para a realização de jogos comunitários e demais eventos ligados ao esporte amador;

IV – A obrigação de comunicação prévia à FME, com antecedência mínima de dois meses, caso haja necessidade de utilização do espaço nos períodos reservados às atividades municipais.

§ 4º A Fundação Municipal de Esportes deverá encaminhar, bimestralmente, à gestão local do Complexo (Federação Catarinense de Futebol), o cronograma das atividades e eventos previstos, de modo a evitar conflitos com a programação previamente estabelecida pela Confederação, assegurando o planejamento conjunto e o alinhamento institucional permanente.

§ 5º A obra deverá ser concluída e inaugurada até a data de 20 de julho de 2025.

§ 6º A eventual solicitação de uso contínuo do espaço por parte de qualquer clube de futebol sediado no Estado de Santa Catarina, encaminhada à Federação Catarinense de Futebol, somente poderá ser autorizada mediante anuência expressa da Fundação Municipal de Esportes de Balneário Camboriú, sob pena de nulidade do ato autorizativo e consequente responsabilização da entidade gestora.

§7º O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso será de 50 (cinquenta) anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão de Uso, podendo ser renovado por igual período (caso haja interesse mútuo de ambas as partes), mediante novo acordo entre o Município de Balneário Camboriú e a Confederação Brasileira de Futebol/Federação Catarinense de Futebol.

§8º Em caso de extinção da Concessionária, ou de desvirtuamento do objeto/uso do espaço, o bem imóvel retornará ao Patrimônio Público Municipal.

§ 9º O não cumprimento do disposto neste artigo acarretará imediata rescisão do Termo de Cessão de Uso, passando o imóvel em comento a incorporar novamente o Patrimônio Público Municipal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial o artigo 2º da Lei Municipal 4.689/2022.

Balneário Camboriú (SC), 05 de maio de 2025, 175º da Fundação, 60º da Emancipação.

JULIANA PAVAN VON BORSTEL
Prefeita Municipal